



Ofício nº 28/2009-Vunesp

São Paulo, 9 de fevereiro de 2009.

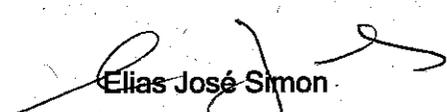
Magnífico Reitor:

Encaminhamos, para análise e manifestação de Vossa Magnificência, proposta de aprimoramento do atual modelo para o exame Vestibular da Unesp elaborada pelo Professor Fernando Dagnoni Prado, ex-diretor Acadêmico da Vunesp, em colaboração com a Pró-reitoria de Graduação da Unesp.

Esclarecemos que o referido estudo foi apreciado e aprovado pelo Conselho Diretor em reunião realizada em 4 de fevereiro.

Na oportunidade, renovamos protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente.


Elias José Simon

Diretor-Presidente

Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald
Magnífico Reitor da Unesp
Reitoria - São Paulo

Proposta de aprimoramento
do atual modelo
para o exame Vestibular da Unesp.

Vunesp / Prograd

fevereiro/2009

Proposta para o Vestibular Unesp 2010.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

A criação e o início de atuação da Fuvest (1976-7), da Vunesp (1979-81) e da Comvest-Unicamp (1986-7) representaram a consolidação do profissionalismo no trato da seleção para ingresso na universidade pública paulista. Em cerca de três décadas, cada uma dessas instituições pôde construir, reformular, aperfeiçoar e, portanto, caracterizar seu modelo de vestibular.

Mais recentemente, contudo, em decorrência de fatores diversos, altera-se quantitativa e qualitativamente o perfil de escolaridade da população, o que resulta crescimento e diversificação da demanda por escolarização em geral, e de candidatos ao ensino superior, em especial. Como conseqüência, o vestibular da universidade pública brasileira - pouco ressoante às modificações sócio-educacionais em curso nos últimos anos, acomodação herdada, em parte, do período batizado por alguns de "década perdida" -, passou a ser analisado e exigido, externa e internamente à instituição, com mais severidade.

Mesmo que a Unesp apresente perfis socioeconômicos de ingressantes em geral menos elitizados, comparativamente aos das outras duas universidades paulistas, há que se considerar a articulação da universidade com o ensino médio, função que o vestibular não pode negligenciar. Hoje, o cenário educacional é profundamente diferente daquele sob o qual o modelo de vestibular foi construído, a educação básica evoluiu filosófica, sociológica e pedagogicamente. O aparecimento e a persistência de novos e importantes elementos exigem revisão rigorosa do processo de ingresso e alterações de porte no atual modelo, conforme se exporá a seguir.

A fim de justificar a proposta, devem-se considerar de início:

- o papel histórico da universidade pública no Brasil que, desde meados da década de 30 do século passado, estabeleceu referenciais para os estudos superiores e gerou lideranças intelectuais, políticas e profissionais;
- a necessidade de as próximas décadas contarem com quadros qualificados pelo padrão das universidades públicas, para atividades e funções novas e diversificadas, no que concerne à construção e evolução do conhecimento e às suas aplicações profissionais, hoje raros, mas considerados indispensáveis para as estratégias de desenvolvimento nacional e de inserção mundial;

- as características e tendências internacionais da formação universitária e profissional, que abandonaram a especialização precoce e apontam para uma preparação a mais ampla possível;
- a necessidade de se evitarem rupturas ou descontinuidades no processo de escolarização, que obrigam os estudantes a buscar fora da escola média o necessário preparo para os estudos superiores.
- a conveniência e as vantagens de se avaliar e classificar estudantes para o ingresso em estudos superiores, ao invés de ingresso em uma carreira ou curso específico;
- o modelo de vestibular atualmente em prática na Unesp que, por ser compartimentado em áreas, disciplinas e programas, resultou anacrônico e excessivamente rígido frente às rápidas mudanças que se verificam no cenário educacional;
- a necessária continuidade dos esforços das universidades públicas paulistas, tanto para melhor se articularem à realidade do ensino médio como para enfrentar supostas dificuldades de inclusão acadêmica;
- alguns resultados parciais das pesquisas em curso na PROGRAD, que permitem avançar na tomada de decisões ao identificarem que medidas seriam mais eficazes e quais pouco ou nada contribuem para a desejada inclusão social,
- os interessantes subsídios colhidos em seminário específico sobre o vestibular, realizado por CEPE-CCG/Prograd e Vunesp em setembro de 2006;
- a necessidade de preparar-se para a aplicação da lei estadual 12.782, de 20.12.2007, que praticamente universaliza a inscrição subsidiada para candidatos de baixa renda ou desempregados;
- o aumento do número de candidatos ao vestibular, que já compromete o padrão de qualidade e a fidedignidade na correção de questões discursivas e de redação;
- as enormes e inaceitáveis taxas de abstenção de comparecimento aos exames, que ultrapassaram 25% dos inscritos nos últimos três anos e que oneram inutilmente a estrutura que se prepara para aplicação e correção de todas as provas, num vestibular de fase única, e
- as simulações de chances dos candidatos, realizadas com os resultados dos vestibulares 2006, 2007 e 2008, tomando como parâmetro o desempenho na primeira prova do vestibular, ou seja, qual o desempenho histórico mínimo na prova

de Conhecimentos Gerais que tem permitido ao candidato ser convocado para matrícula.

O conjunto conceitual destas justificativas permite concluir que será inevitável rever o modelo de vestibular não só da Unesp, mas da universidade pública paulista; o conjunto de justificativas de natureza estatística e operacional revela que a situação mais crítica é a desta Universidade. Portanto, para a Unesp, que possui o único vestibular público em fase única que beira os cem mil candidatos, o esforço é duplo, pois será imperioso ajustar-se às duas dimensões do problema, a qualitativa e a quantitativa.

O modelo proposto a seguir vai além de modificações tópicas - que jamais darão conta da multiplicidade de fatores que concorrem para a complexa e intrincada articulação entre ensino, universidade e sociedade -, mas visa, por meio de um único e radical rearranjo, ajustar o acesso às circunstâncias descritas e facultar uma formação universitária condizente com a realidade profissional que se avizinha.

2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTAÇÃO

A educação básica brasileira evoluiu rapidamente a partir de meados da década passada, tanto no que se refere ao perfil do alunado quanto às diretrizes filosófico-pedagógicas, com destaque para as políticas de universalização do ensino médio e suas conseqüências.

Em cerca de dez anos, o modelo de vestibular e seus programas - não só os da Unesp - tornaram-se anacrônicos e passaram a preocupar a Universidade, exigindo revisão e atualização, conforme apontam especialistas que acompanham o ensino médio, consultados pela Prograd.

Paliativamente, nos últimos três anos as provas da Unesp vêm incorporando, no limite do possível, parte das novas tendências, ampliando-se a multidisciplinaridade e a contextualização. Não obstante tópicos específicos houvessem permanecido como conteúdos programáticos formais das disciplinas, a construção das provas passou a absorver o espírito das Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNs) e das Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, compreendendo multidisciplinaridade, contextualização e se redirecionando gradualmente para abordagens temáticas, transversais às questões e à proposta de redação.

Observe-se que, nesta óptica, nem sempre é possível contabilizar de forma unívoca a quantidade de questões que cabe a cada disciplina. Não se trata de extinguir disciplinas no instrumento de avaliação - mesmo porque é a partir delas que se pratica a multidisciplinaridade e se chega à interdisciplinaridade -, mas de minimizar a extemporânea e excessiva departamentalização do conhecimento que, nesse contexto, atua contra a articulação dos saberes.

De forma ideal e plena, a avaliação deveria ser organizada hoje a partir de três conjuntos nucleadores, os quais são objeto das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio: “Linguagens, Códigos e suas tecnologias” (elementos de língua portuguesa, língua estrangeira moderna, educação física, arte e informática), “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias” (elementos de biologia, física, química e matemática) e “Ciências Humanas e suas tecnologias” (elementos de história, geografia, filosofia, sociologia, antropologia e política). Parte das disciplinas nucleadas encontra-se no ensino regular, outras não.

Esta estruturação por núcleos permite que modificações no ensino ou na grade curricular da educação escolar - hoje concebidos como um processo dinâmico - possam ser absorvidas tempestivamente pelo vestibular, sem necessidade de incessantes correções pontuais nos programas. Exemplo dessa flexibilidade ocorreu no vestibular Unesp 2008: a lúcida eliminação da prova de habilidades pelos departamentos de educação física pôde ser rapidamente compensada pela inserção, em oito questões de diferentes disciplinas e na proposição para a redação, de conhecimentos, fatos, situações ou contextualizações diretamente afetas à atividade física e à cultura do corpo. Com tal concepção organizacional, elementos referentes às variadas manifestações artísticas e culturais poderão ser referidos nas provas principais - que são realizadas por todos os candidatos -, o que permitirá redimensionar as atuais provas de habilidades, tomando-as mais ágeis e concentrando-as em suas finalidades precípuas, a avaliação exploratória do potencial do candidato e a aferição de habilidades mínimas para iniciar o curso.

De imediato, propõe-se considerar as disciplinas da base nacional comum do ensino médio e da formação básica do sistema de ensino do Estado de São Paulo (art. 26 da Lei 9394, de 20.12.1996, e anexos IV a VI da Resolução SE 92, de 19.12.2007). Assim, elementos de Língua Portuguesa (e Literatura), Arte, Educação Física, Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia, Língua Estrangeira

Moderna (Inglês) e Filosofia serão acomodados nas três provas principais do novo modelo, para todos os candidatos.

A arquitetura da proposta permite que modificações futuras ou que se avizinham na educação básica possam ser incorporadas naturalmente pelo vestibular, como a introdução de elementos de Sociologia no núcleo "Ciências Humanas e suas tecnologias", quando esta disciplina atingir o terceiro ano do ensino médio em 2011 ou 2012, dispensando o pesado trâmite hoje necessário para atualização ou ajuste dos programas e para fixar cotas de questões. O mesmo poderia ocorrer na eventualidade de outras inclusões, como informática, antropologia, espanhol, política, psicologia, etc.

Antes de tudo, a proposta visa melhorar a articulação do vestibular com o ensino médio em geral e, em especial, com o público, concorrendo com as ações da Universidade para a inclusão social. O modelo de avaliação concebido é coerente com a formação generalista, própria do ensino médio, pela qual todas as disciplinas da base nacional comum do ensino médio têm seu papel e importância. Hoje, é consensual que a especialização não deva ser precoce, que um estudante com base sólida em todas as áreas fundamentais do saber auferirá formação acadêmica mais completa e transitará com maiores chances de sucesso por sua vida profissional, em virtude de portar habilidades e competências básicas diversas e visões social e técnico-científica abrangentes.

Observe-se, ainda, que a proposta permite abandonar a imagem tradicional de separação prévia, antecipada, dos candidatos em áreas do conhecimento, ao introduzir uma avaliação para ingresso na universidade, em lugar do atual "ingresso no curso". Desta nova concepção poder-se-ia caminhar para uma ampla e necessária reforma curricular do ensino de graduação da Unesp, alargando-o pela universalidade possível do conhecimento, de forma que cada estudante pudesse transitar, conhecer e aproveitar para sua formação tudo o que o sistema oferece. Esta permeabilidade no sistema, que permite não desperdiçar o que o estudante traz ou já auferiu e acomodar seus novos interesses e necessidades, tornando possível uma formação diferenciada individualmente - que a especialização precoce muitas vezes impede - é uma tendência progressiva, observada por estudiosos da evolução do conhecimento, e considerada em vários países como necessidade.

Finalmente, o estímulo à interdisciplinaridade na graduação aproximará o estudante, futuro profissional, de outros campos e áreas não originalmente

contemplados pela grade curricular canônica, fortalecendo o elo ensino-pesquisa e abrindo novas e inusitadas frentes para investigação e formação.

3. ESTRUTURA DO MODELO DE AVALIAÇÃO

Considerando as justificativas expostas na Introdução e de acordo com os princípios e fundamentação acima estabelecidos, propõe-se um vestibular em duas fases, composto por três provas principais, cuja constituição e operacionalização são descritas a seguir.

3.1. PROVAS

1a. fase:

Prova de Conhecimentos Gerais - A prova será organizada em três conjuntos, com 30 questões cada, de acordo com as áreas especificadas nos PCNs: “Linguagens, Códigos e suas tecnologias” (elementos de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte); “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias” (elementos de biologia, física, química e matemática) e “Ciências Humanas e suas tecnologias” (elementos de história, geografia e filosofia).

No interior de cada uma dessas três partes não haverá necessariamente blocos separados de questões, agrupadas e rotuladas por disciplina, nem identificação da origem disciplinar de cada questão. As 90 questões da prova serão objetivas, com cinco alternativas, envolvendo leitura e compreensão de textos de diversas naturezas.

Duração da prova: 4 horas e 30 min.

2a. fase:

Prova de Conhecimentos Específicos - 18 questões discursivas, sendo 6 questões destinadas a “Linguagens, Códigos e suas tecnologias” (elementos de língua portuguesa e literatura, educação física e arte), 6 questões destinadas a “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias” (elementos de biologia, física, química e matemática) e 6 questões destinadas a “Ciências Humanas e suas tecnologias” (elementos de história, geografia e filosofia).

No interior de cada uma dessas três partes não haverá necessariamente blocos específicos de questões, rotuladas e agrupadas por disciplina, nem identificação da origem disciplinar de cada questão.

Prova de Redação - 1 redação em língua portuguesa, de gênero dissertativo.
Duração total das duas provas de 2ª. fase: 4 horas e 30 min.

3.2. PROGRAMAS.

Do edital (resolução) constará tão-somente:

“As provas serão elaboradas conforme as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Resolução SE 92, de 19.12.2007).

No Vestibular 2010, haverá questões de Linguagens, Códigos e suas tecnologias (elementos de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte), de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (elementos de biologia, física, química e matemática) e de Ciências Humanas e suas tecnologias (elementos de história, geografia e filosofia).

A prova de redação deverá ser desenvolvida em gênero dissertativo, na qual serão avaliadas as propriedades de coesão, coerência e progressão temática, privilegiando a norma padrão da língua.”

Provas de habilidades (cursos de Arte-Teatro, de Artes Visuais, de Educação Artística, de Educação Musical e de Música): os programas serão substancialmente revistos, redirecionando-os para a avaliação exploratória do potencial do candidato e sua aptidão para o curso escolhido, bem como para a aferição das habilidades mínimas necessárias para iniciar cada curso. Será eliminada a exigência programática de bibliografia especializada hoje existente.

3.3. OPÇÕES DO CANDIDATO

A inscrição, a classificação e a matrícula continuarão a ser por curso, turno e cidade, a fim de não transtornar o funcionamento técnico-acadêmico das unidades.

3.4. CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO E CÁLCULO DAS NOTAS.

Para realizar a 2ª. fase, serão convocados os mais bem classificados na 1ª. fase, à razão média de 4 a 6 candidatos por vaga, dependendo do histórico de preenchimento de vagas apresentado por cada curso e de eventuais empates. Na primeira aplicação do modelo (2010), a classificação “de corte” será parametrizada

adicionalmente pela probabilidade de convocação para matrícula a partir do desempenho na primeira prova, de Conhecimentos Gerais. (Esta condição adicional tem caráter preventivo e visa garantir que, ao final do processo, não falem nomes para matrícula; é provável que esta cautela adicional se revele desnecessária e seja descartada nos anos seguintes.)

- Será desclassificado o candidato que obtiver nota zero em qualquer uma das três provas (Conhecimentos Gerais, Conhecimentos Específicos e Redação). A ausência também implica nota zero.
- Todos os acertos da Prova de Conhecimentos Gerais terão o mesmo valor e a nota da primeira fase será atribuída na escala de 0 a 100.
- Na segunda fase, todas as questões da Prova de Conhecimentos Específicos terão o mesmo valor e a prova toda somará 72 pontos (escala 0 - 72). A prova de Redação somará 28 pontos (escala 0 - 28). A nota da segunda fase será a soma das pontuações obtidas nas duas provas (escala 0 - 100).
- A nota final do vestibular será obtida pela média aritmética simples das notas de 1ª. fase e de 2ª. fase.
- A nota da parte objetiva da prova do Enem poderá ser aproveitada para computo da nota final da Prova de Conhecimentos Gerais da Unesp, conforme os critérios hoje adotados. Esta incorporação se dará por ocasião da apuração da nota final do vestibular, após a realização das duas fases do processo.
- Em caso de empate nas notas finais, os critérios para desempate serão, pela ordem: maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais (sem considerar a nota do Enem), maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos, maior nota na Prova de Redação.
- A classificação dos candidatos será feita por curso.
- Os cursos que tiverem prova de habilidades, a ser aplicada apenas aos candidatos convocados à 2ª. fase, terão essa nota convertida na escala 0 - 100. A nota final do vestibular será obtida pela média aritmética simples das três notas: notas de 1ª. fase, de 2ª. fase e da prova de habilidades.

3.5. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E MATRÍCULA

Para 2010, mantêm-se os procedimentos adotados atualmente. A chamada constará de convocação para matrícula e de lista de espera. Em seguida, haverá

relação adicional para ocupar vagas remanescentes e confirmação obrigatória de matrícula.

4. PRAZOS

Como de praxe, o calendário completo do vestibular deverá ser elaborado mediante entendimento prévio com as outras grandes universidades públicas, a fim de minimizar desperdício de matrículas. Para tanto, o novo modelo da Unesp deverá ser aprovado pela CCG/CEPE até março de 2009, em tempo de as outras universidades, a sociedade e, especialmente, os futuros candidatos serem informados da transformação, e de a Vunesp entender-se com os outros grandes vestibulares a respeito dos novos calendários, que são divulgados conjuntamente por volta do mês de abril de cada ano.

Anexo 1

Esboço de calendário e locais de prova.

Apresenta-se este ensaio para que se vislumbrem tanto ganhos como possíveis dificuldades técnicas ou operacionais no planejamento e execução do novo modelo. Os períodos indicados ou previsões poderão variar de ano para ano, conforme os dias da semana em que incidirão as festas ou feriados.

Agosto e primeira quinzena de setembro: divulgação do vestibular nas escolas públicas.

Primeira quinzena de setembro: solicitação de taxa subsidiada (cursinhos da Unesp não participam, pois têm isenção total).

Segunda quinzena de setembro: inscrições.

Primeira quinzena de novembro: convocação para a prova de 1ª. fase.

Segunda quinzena de novembro: 1ª. fase - Prova de Conhecimentos Gerais (necessariamente em um domingo ou feriado; *entender-se com Fuvest e Unicamp sobre datas*).

Cerca de 15 de dezembro: convocação para as provas de 2ª. fase.

Dezembro (ou janeiro, excepcionalmente): 2ª. fase - provas de Conhecimentos Específicos e de Redação.

Um único dia de janeiro: prova de habilidades.

Locais para as duas fases: todas as cidades utilizadas pelo Vestibular 2009. (Prova de habilidades: *somente na cidade em que funciona o curso.*)

Fevereiro: divulgação dos resultados e matrícula (*a confrontar com calendários de chamadas de outras universidades*).

Março: confirmação obrigatória de matrícula.

Anexo 2.

Justificativas detalhadas para as modificações propostas, comparativamente ao modelo vigente.

1. ELIMINAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE NOTA MÍNIMA EM TODAS AS PROVAS E PARTES DE PROVAS

Os conceitos *classificatório* e *nota mínima* são incompatíveis num mesmo processo seletivo. O vestibular tem caráter classificatório desde meados da década de 60 do século passado, quando ocorreu o fenômeno socioeducacional dos “excedentes”. Com muito mais candidatos que vagas públicas, os primeiros classificados da listagem certamente são os melhores dentre o universo social disponível e, portanto, devem ser matriculados, até que as vagas se esgotem. Notas mínimas não são referenciais absolutos, pois seus efeitos dependem da interação entre instrumento de medida (cuja construção e calibragem são apriorísticas) e características de cada coorte mensurada.

No Vestibular Unesp 2010, será desclassificado o candidato que obtiver nota zero em qualquer uma das provas: Conhecimentos Gerais, Conhecimentos Específicos, Redação e habilidades, se houver.

2. ELIMINAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS PROVAS DE HABILIDADES

Cursos de EDUCAÇÃO FÍSICA: em decisão pioneira na Unesp, os cursos de Bauru aboliram esta prova a partir do vestibular 2007, e os demais (Presidente Prudente e Rio Claro), a partir de 2008. Após a matrícula e antecedendo as atividades práticas do curso, realizam-se os exames médicos pela Unamos, aplicados somente aos ingressantes, da mesma forma que se procede com as atividades físicas ao longo de todo o processo de escolarização.

Cursos de ARQUITETURA E URBANISMO e de DESIGN: em decisão pioneira na Unesp, o curso de Arquitetura e Urbanismo de Presidente Prudente eliminou esta prova a partir do vestibular 2007. As novas turmas do curso de Presidente Prudente (2007 e 2008) não têm apresentado lacunas decorrentes da ausência dessa prova que tenham impedido o andamento dos estudos. Face aos recursos gráficos hoje disponíveis, não há mais consenso sobre a necessidade desta prova para o desempenho posterior no curso. Quanto à apuração da dimensão “criatividade”, entende-se que não deva ser fator que vede o ingresso, eliminando o candidato, mas qualidade pessoal que, estimulada, desenvolvida e explorada durante os estudos universitários, diferenciará um de outros ao longo do curso e na vida profissional.

À vista da experiência bem-sucedida de Presidente Prudente, propõe-se estendê-la aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design, ambos do câmpus de Bauru, eliminando-se suas respectivas provas de habilidades no Vestibular Unesp 2010.

Cursos de ARTE-TEATRO, ARTES VISUAIS, EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, EDUCAÇÃO MUSICAL e MÚSICA, considerando que tais componentes curriculares não são desenvolvidos regularmente no ensino médio, avaliar somente o potencial e a aptidão do candidato, de forma exploratória, bem como as competências e habilidades mínimas para iniciar o curso, conforme o caso. Eliminar a exigência programática de bibliografia especializada.

No Vestibular Unesp 2010, o ingresso nos cursos que tradicionalmente exigiam provas de habilidades se dará predominantemente pela aferição da capacidade intelectual, habilidades e competências, avaliadas a partir da base nacional comum do ensino médio (LDB, Lei 9394/96) e Resolução SE 92, de 19.12.2007, inclusive para os portadores de direitos especiais, como ocorre com todos os demais cursos da Universidade. Apenas os cursos de ARTE-TEATRO, de ARTES VISUAIS, de EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, de EDUCAÇÃO MUSICAL e de MÚSICA terão provas de habilidades, de caráter exploratório, com a finalidade de aferir a potencialidade e a aptidão do candidato.

3. ELIMINAÇÃO DE PESOS DIFERENCIADOS

De acordo com as concepções contemporâneas de avaliação educacional, carece de sentido sinalizar aritmeticamente à sociedade e ao educando, por meio de pesos, a importância (ou, por contraste, a “desimportância” - o que é mais grave e desastrosos!) daquilo que dele se exige. Ao atribuir pesos diferentes ao conhecimento, a universidade oficializa uma valoração diferenciada para o saber humano, prática incompatível com a universalidade que a natureza da instituição deve contemplar.

No Vestibular Unesp 2010, todas as provas passam a ter pesos idênticos.

4. ELIMINAÇÃO DE FRANCÊS COMO SEGUNDA OPÇÃO DE LÍNGUA MODERNA

Nos últimos oito anos (2001-2008), as porcentagens de optantes por Língua Francesa foram: 1,2%; 1,5%; 1,5%; 1,3%; 1,7%, 1,4%, 1,4% e 1,3%. A título de informação, a Fuvest efetuou essa eliminação em meados da década de 90 e a Unicamp, há três anos. Na maior parte do mundo, inclusive a oriental, inglês é a forma predominante de comunicação escrita e oral, é o meio pelo qual informação e conhecimento de qualquer natureza mais se disseminam. Sem subestimar a importância do conhecimento de outras línguas estrangeiras, não há critérios universais que permitam acomodá-las de forma equânime no concurso vestibular.

No Vestibular Unesp 2010, será exigido somente o Inglês como língua estrangeira moderna.

5. REDIMENSIONAMENTO DAS PROVAS

5.1. Prova de CONHECIMENTOS GERAIS: atualmente são 84 questões objetivas, igualmente distribuídas por Matemática, Biologia, Geografia, Física, História, Química e Língua Estrangeira moderna (Inglês ou Francês). Duração da prova: 4 horas. A arquitetura da prova e seus programas são anteriores e não se identificam com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

No Vestibular Unesp 2010, a Prova de Conhecimentos Gerais terá 90 questões objetivas, com 5 alternativas, e será organizada e elaborada conforme se prescreve nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, sendo 30 questões destinadas a “Linguagens, Códigos e suas tecnologias” (elementos de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte), 30 questões destinadas a “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias” (elementos de biologia, física, química e matemática) e 30 questões destinadas a “Ciências Humanas e suas tecnologias” (elementos de história, geografia e filosofia). As disciplinas participantes constam das Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Resolução SE 92, de 19.12.2007). Duração da prova: 4 horas e 30 min.

5.2. Prova de CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: atualmente, esta prova aprofunda a avaliação somente das disciplinas tradicionalmente consideradas afins com o curso escolhido, o que força a especialização precoce do aluno, já na escola média, enviesando o ensino. Com 25 questões que solicitam respostas discursivas, tem três composições diferentes, conforme a área de opção do candidato. As áreas, disciplinas e quantidades de questões são: Ciências Biológicas (Biologia: 10 questões; Química: 6 questões; Física: 5 questões e Matemática: 4 questões); Ciências Exatas (Matemática: 10 questões; Física: 9 questões e Química: 6 questões) e Humanidades (História: 10 questões; Geografia: 9 questões e Língua Portuguesa: 6 questões). Duração da prova: 4 horas.

A observação acumulada de muitos anos mostra que é a prova mais difícil, trabalhosa e cansativa do Vestibular. Quatro indicadores de naturezas diferentes confirmam esta conclusão: o tempo de permanência dos candidatos nas salas de exame; o desempenho dos candidatos, medido pelos índices de acertos, erros e respostas em branco; os relatórios das equipes de examinadores que corrigem as questões e a apreciação das provas veiculada pela mídia. Não há dúvida, portanto, de que o número de questões deva ser reduzido; nesse sentido, desde 2007, emergencialmente, as questões não são mais subdivididas em partes. Por outro lado, a educação básica brasileira evoluiu rapidamente a partir de meados da década passada, tanto no que se refere ao perfil do alunado quanto às diretrizes filosófico-pedagógicas, com destaque para o ensino médio. Progressivamente, mas de forma comedida, o Vestibular da Unesp vem incorporando algumas dessas modificações. Essa atualização tem sido deliberadamente gradual, pois é sabido que a prática em

sala de aula é resistente a mudanças, é fortemente condicionada à formação original do professor e aos livros didáticos disponíveis. Considerando que o perfil do candidato e do ingressante na Unesp tem forte viés da escola pública, o que é salutar e desejável, uma incorporação precipitada dessas mudanças nos exames correria o risco de beneficiar os estudantes oriundos de escolas preparatórias, instituições mais sensíveis ao vestibular que a escola pública, provocando uma elitização adicional no perfil do ingressante. Nos últimos anos, por dever de ofício, as provas da Unesp têm incorporado, de forma paulatina mas crescente, parte das novas tendências. Nos Vestibulares 2007 e 2006, a Unesp instruiu elaboradores e revisores para que reservassem pelo menos 30% da prova a questões de natureza multidisciplinar. Nos dois anos anteriores, essa margem era de 20 e 10%, respectivamente. Simultaneamente, exerceu-se empenho crescente pela inclusão de questões contextualizadas ou com apelo para situações do cotidiano, atingindo-se gradualmente um estágio que, neste momento, permite formalizar, sem artificialismo, uma nova concepção de avaliação. Os conteúdos consagrados pelas disciplinas continuariam a ser abordados pelas provas - afinal, resultam de conhecimento construído pela humanidade desde a invenção da escrita e da agricultura, e cabem à universidade sua guarda e alimentação. Mesmo que alguns programas de ensino, professores e livros didáticos ainda o fazem, não mais se demarcarão de forma estanque as partes de cada prova pelo critério da nomeação rígida por disciplina, até porque soará artificial ou parcial classificar algumas dessas questões em uma única disciplina. Finalmente, a terceira alteração basilar nesta prova será eliminar as versões por área do conhecimento (biológicas, exatas e humanidades), passando todos os candidatos a serem avaliados discursivamente mediante os conteúdos que compuserem a base nacional comum do ensino médio e as propostas curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

No Vestibular Unesp 2010, a Prova de Conhecimentos Específicos terá versão única para todos os candidatos, sendo composta por 18 questões discursivas organizadas e elaboradas conforme se prescreve nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Serão 6 questões destinadas a "Linguagens, Códigos e suas tecnologias" (elementos de língua portuguesa e literatura, educação física e arte), 6 questões destinadas a "Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias" (elementos de biologia, física, química e matemática) e 6 questões destinadas a "Ciências Humanas e suas tecnologias" (elementos de história, geografia e filosofia). As disciplinas participantes constam das Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Resolução SE 92, de 19.12.2007). Duração total das provas de Conhecimentos Específicos e de Redação: 4 horas e 30 min.

5.3. Prova de LÍNGUA PORTUGUESA: no formato atual, são 10 questões discursivas sobre língua e literatura, mais uma proposta de redação em gênero dissertativo. Nos últimos anos, a prova tem gradualmente se redirecionado para

uma abordagem temática, transversalmente às questões e à redação. Simultaneamente, foram sendo eliminados antigos questionamentos sobre baixa economicidade na utilização de textos, considerados ora longos ora anacrônicos. A retirada das atuais 6 questões de língua e literatura da Prova de Conhecimentos Específicos (hoje, somente candidatos à área de Humanidades fazem esta prova) não significará prejuízo à avaliação, pois todos os candidatos passarão a responder às novas questões de Conhecimentos Gerais (que hoje não existem), mais as novas de Conhecimentos Específicos, além da Redação. Com a incorporação crescente de novas tendências pedagógicas e educacionais, como as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por exemplo, até habilidades e competências referentes a outras formas de expressão e manifestação humanas poderão ser referidas na prova, que deverá se aproximar mais da realidade da escola pública.

No Vestibular Unesp 2010, a atual Prova de Língua Portuguesa será desmembrada. As questões serão redistribuídas por todas as provas do vestibular: Conhecimentos Gerais, atingindo todos os candidatos na 1ª. fase, e Conhecimentos Específicos, atingindo todos os candidatos da 2ª. fase; a redação constituirá outra prova, para todos os candidatos de 2ª. fase. A avaliação continuará sendo organizada e elaborada conforme se prescreve nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

6. PROGRAMAS, COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E TRÂMITES ANUAIS

O atual modelo de vestibular da Unesp tornou-se anacrônico, relativamente à realidade do processo de escolarização nacional, devido a um certo "engessamento", resultante histórico de uma prática excessivamente detalhista e compartimentalizada de organização curricular e de avaliação. Diferentemente, o modelo proposto é auto-ajustável à dinâmica do ensino médio, no que se refere aos programas e às conseqüentes composição e organização das provas. Na nova forma, parte da rotina anual da universidade, no que se refere às providências para o vestibular seguinte, seria afetada somente quando alterações nacionais ou estaduais atingissem o último ano do ensino médio. Assim, CCG e CEPE teriam mais espaço para estudar e debater as necessárias reformas na graduação. Obviamente, cursos e vagas continuarão a ser objeto de deliberação anual.

Anexo 3.

Algumas prováveis dificuldades para implantação do modelo.

1. A “cilada” ao efetuar a partilha prévia de questões por disciplina, em discussão plenária ou por consulta às unidades.

Na concepção de ensino e de avaliação propostos, será difícil - ou, até mesmo, impossível - classificar cada questão como sendo exclusiva de determinada disciplina. Hoje, há consenso sobre o papel central das duas principais linguagens (língua pátria e matemática) para a produção e a expressão da maior parte do conhecimento, sendo óbvio, portanto, que sua presença nas provas não deve ser minorada. Quanto às demais disciplinas, o bom senso deve prevalecer na construção do instrumento, cuidando-se para que a “intensidade” da participação de cada “especialidade” fique condicionada ao conhecimento consagrado pelo ensino médio público. Mediante moderação da CCG, CEPE, Prograd e Vunesp, evitar-se-á que as indefectíveis reivindicações de foro corporativo introduzam vieses, descaracterizando e desequilibrando a avaliação.

Propõe-se que, a cada ano, os “especialistas” se reúnam em três grupos (“Linguagens, Códigos e suas tecnologias”, “Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias” e “Ciências Humanas e suas tecnologias”) para planejamento e elaboração das novas provas, coordenados pela Vunesp.

Para o vestibular 2010, a composição dos grupos seria:

Linguagens, Códigos e suas tecnologias (36 questões): professores de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte.

(Notar que língua inglesa ficará apenas na 1ª. fase, pois deverá ser mais presente que educação física e arte.)

Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (36 questões): professores de biologia, física, química e matemática.

Ciências Humanas e suas tecnologias (36 questões): professores de história, geografia e filosofia (*verificar a obrigatoriedade curricular de sociologia*).

A fração da prova construída multidisciplinarmente dependerá do “fôlego” produtivo e da criatividade do grupo. Mesmo que, de início, apenas partes das provas atinjam o desejado, o resultado não deve preocupar, pois, como descrito, nos dois últimos anos o estilo do vestibular tem caminhado

paulatinamente para esse formato, e nem isto nem sua falta causaram comoção (suspeita-se que sequer percebido foi!).

Nos anos seguintes, a evolução do ensino médio ditará eventuais inclusões ou exclusões (elementos de sociologia, informática, antropologia, política, língua espanhola etc), assim como o balanceamento de cada prova. A cada ano, bastará à CCG/CEPE a sinalização: "A partir do vestibular de 20XX, as provas trarão elementos de yyyyyylogia."

2. A composição das equipes de examinadores (elaboração, revisão e correção).

A grande maioria dos atuais professores tem experiência e formação monodisciplinar, quando não semidisciplinar, fracionada no interior de cada disciplina. Provavelmente, a universidade (por intermédio da Vunesp) necessitará atualizar e "treinar" seus quadros para cumprir essas três etapas do novo processo.

3. Espaço no calendário de janeiro para a 2ª. fase.

Atualmente, a tradição paulista reserva as duas primeiras semanas de janeiro (ou três, dependendo do dia móvel da semana em que cairá o ano-novo cristão) para as segundas fases dos vestibulares da Fuvest e da Unicamp (provas comuns e de habilidades, de ambos). Há, ainda, a necessidade de pelo menos um dia de folga entre cada calendário (descanso e viagem dos candidatos) e a dificuldade religioso-legal de aproveitamento dos sábados. Solução mais viável: um único dia para as duas provas de 2ª. fase da Unesp (Conhecimentos Específicos e Redação), cerca de três dias antes do Natal, dependendo do intervalo que se consiga a partir da data da 1.a fase e dos dias da semana em que incidirão as festas de final de ano. Haverá pouquíssimo tempo para processamento da 1ª. fase, alocação dos classificados em novos locais de prova, sua convocação para a 2ª. fase e preparo dos cadernos de resposta personalizados. As provas de habilidades (também em um único dia) seriam encaixadas em janeiro, não coincidentes com as dos outros vestibulares públicos paulistas. Em futuro, caso Unesp "faça escola" (arrojemo-nos e saiamos à frente!) e Fuvest ou Unicamp redimensionem sua 2ª. fase, será possível deslocar nossa 2ª. fase para janeiro.

4. O risco de se produzir uma avaliação elitizada.

Este é um risco real e extremamente grave, para o qual contribuiriam dois fatores: vestibular em duas fases e avaliação multi/interdisciplinar, com temas transversais. Poderá se refletir na dificuldade para “fechar” a matrícula em alguns cursos (situação análoga à que ocorreu nos anos subseqüentes à criação da Unesp, período em que a universidade se utilizou do vestibular da Fuvest) e provocar alteração do perfil socioeconômico do ingressante (sabe-se que indivíduos de melhor capital cultural se encontram nas escolas privadas “de elite”, melhor organizadas, e nos cursinhos particulares, instituições que rapidamente se adaptam a novas solicitações). Preventivamente, propõe-se que, na primeira aplicação do novo modelo, convoque-se para a 2ª. fase uma quantidade de candidatos um pouco maior que a aritmeticamente requerida, e que se parta do estilo e nível de dificuldade experimentados com as questões multi/interdisciplinares dos dois últimos vestibulares da Unesp.

5. A armadilha da introdução de pesos diferenciados para provas ou partes de provas.

Se admitidos pesos diferenciados, eles poderão estimular propostas corporativas para “compensação de perdas”, desfigurando o modelo e criando uma situação inarbitrável. Solução: precaver-se contra o vício, estabelecendo o *princípio* de que, no Vestibular Unesp, *todas as provas devem ter pesos idênticos.*

6. A resistência dos departamentos.

Os departamentos foram instituídos com a reforma universitária de 1968-70. Na ocasião, extinguiram-se as cátedras e esperava-se reduzir o poder dos catedráticos, notadamente os das “grandes escolas”, como as Faculdades de Medicina e de Direito na Universidade de São Paulo. Ao longo do tempo, porém, a estrutura e a práxis departamentais enrijeceram a funcionalidade que se pretendia, a ponto de o departamento se transformar no principal reduto da vida universitária. Hoje, os departamentos se resguardam tanto de tudo que lhes é exterior que, epistemologicamente, acabam por jogar contra a articulação dos saberes e, politicamente, responsabilizam-se pelo imobilismo

acadêmico. O que as FFCLs tinham de proveitoso se perdeu. Iniciativas universitárias mais arejadas, como o câmpus da USP-Leste e a UFABC, não têm departamentos; na Unifesp, o câmpus Baixada Santista, criado há poucos anos, desenvolve interessante proposta curricular, integrando seus diferentes cursos; na UFBA, a experiência de reforma curricular é mais radical ainda, não obstante os departamentos; na Unesp, os resultados do funcionamento dos Câmpus Experimentais e de algumas unidades auxiliares ou complementares, organizadas sem departamentos, deveriam ser estudados com interesse.

A nova concepção de processo seletivo para a universidade poderá ser lida como corrosão da hegemonia departamental, na medida em que estimula a interdisciplinaridade, retarda (o que é saudável e conveniente) a especialização prematura e valoriza o ingresso na universidade, em lugar do atual ingresso no curso.

A hipótese de o modelo vir a ser aprovado, prosperar e abrir caminho para ampla revisão da filosofia de graduação, desarrumando a estrutura atual dos cursos, poderá infundir o temor da “perda de controle sobre os alunos e, conseqüentemente, da qualidade do futuro profissional”; caso se criassem currículos de graduação vaso-comunicantes - conforme o recorte acadêmico de cada câmpus permitir - ou a possibilidade de turmas comuns, os estudantes seriam, num primeiro momento, aparentemente afastados dos especialistas e dos departamentos mais afins com a carreira pretendida. Será preciso convencer-se de que abrir a possibilidade de “nossos” alunos conhecerem outras áreas e outros especialistas será tão fortalecedor para nossa profissão quanto alunos “dos outros” enriquecerem sua formação conosco.

A esperada resistência dos departamentos e de seus especialistas, mesmo como mecanismo de defesa e estratégia de sobrevivência, é um equívoco. Paradoxalmente, o que parece a cada disciplina perda com a extinção do atual vestibular, no novo modelo deverá resultar em fortalecimento, pois, além de colocar todas as disciplinas como ingredientes da avaliação do ingresso de todos, qualquer que seja a carreira visada, o posterior trânsito facilitado de estudantes de carreiras diversas por outras áreas do conhecimento dará a muitas destas destaque e oportunidade de se aplicarem a situações e profissões novas, firmando-as mais do que se permanecessem restritas e confinadas aos especialistas originais. Disponibilizar o espírito e o *corpus* da

pesquisa para a formação de estudantes de outras áreas valorizará socialmente tanto cada especialidade como o novo profissional. Ensino e pesquisa ganham, não o contrário.

Outro baluarte dos departamentos é a carga horária, envolta num paradoxo: embora seja o maior capital “administrativo” do departamento, nela pouco se consegue mexer, quer para redução, quer para ampliação. Reforma curricular que toque (ou que se suspeite que possa vir a tocar) na carga horária departamental está condenada a emperrar.

7. Prestigiar a graduação.

Hoje, é notório que, na percepção da comunidade, o “patinho feio” da universidade é a graduação. Comparada à pós-graduação, à pesquisa, à extensão e à administração, é na graduação que se observa maior insatisfação de professores, de alunos e até de funcionários. Isto se explica porque a graduação é atividade compulsória, praticamente 100% do “público interno” tem obrigações para com ela, muitos a executam de forma burocrática, enquanto que as outras áreas de atuação são refúgios opcionais para alguns. Portanto, receber alunos de outras áreas, genuinamente interessados, poderá ser compensador para os professores desmotivados; a idéia de educar por conta da sua especialidade ou educar pela pesquisa que desenvolvem, “abrindo-as” para estudantes motivados provenientes de outras áreas, poderá ser uma boa estratégia para reerguer a graduação. Há que se chegar a uma situação em que os professores lutarão para pegar turmas, e os alunos para conseguir matrícula em determinadas áreas, ou aulas com professores escolhidos.

8. Desprestígio de cursos a nu.

A classificação “de corte” para a 2ª. fase, efetuada por curso, tornará mais expostas as disparidades de preparo dos candidatos, pois relações candidatos/vaga extremadas (esta é a medida do “prestígio” ou “desprestígio”) implicarão notas mínimas muito diferentes para convocação à 2ª.fase e, conseqüentemente, à matrícula, conforme o curso. Observe-se que tal já ocorre hoje, no atual modelo, porém só se apercebem disso os poucos do ramo que se debruçam sobre os densos relatórios do vestibular.

9. Outra possível resistência.

O atual modelo de vestibular “emprega” uma equipe considerável. No vestibular 2008, por exemplo, 5232 colaboradores atuaram na aplicação das provas e 503 em sua elaboração, revisão e correção. São, em grande maioria, professores e funcionários da própria Unesp, ou por estes “apadrinhados”. No modelo proposto, tal equipe seria redimensionada; com exceção de elaboradores e revisores (um pequeno número, pouco variável), os demais (coordenadores, fiscais e apoio para aplicação e coordenadores, examinadores, digitadores e apoio para correção) provavelmente sofrerão redução, que atingirá parcial ou totalmente cidades, áreas e câmpus. Esta antevisão poderá desencadear uma resistência “envergonhada” à proposta.

10. O entrave dos conselhos profissionais.

Há pouco, o MEC concedeu espaço no processo de avaliação de cursos de graduação aos conselhos de classe das profissões regulamentadas. Trata-se de um precedente perigoso, pois tais organismos atuam quase sempre de forma conservadora no que se refere à formação profissional. Em geral, essa postura não estimula e, até mesmo, inibe as escolas no que se refere à diversidade curricular e a experiências pedagógicas, pois se foca num modelo profissional “consagrado” e no respectivo nicho de mercado. Isto leva à reprodução do *status quo*, abafando novas e criativas alternativas de formação. Neste sentido, regulamentar profissões não é avanço, congela a carreira num modelo que pressupõe acabamento e estagnação do conhecimento e dificulta desdobramentos e possibilidades futuras. Lembrando Anísio Teixeira, educação única para todos é equívoco.

Processo no. : 2348/50/2/1999

Interessado: Universidade Estadual Paulista

Assunto: Comissão para repensar o Vestibular da UNESP

Relator: Aparecida Francisco da Silva

Parecer Nº 044/09-CCG/SG

Trata o presente da análise de proposta de aprimoramento do atual modelo para o exame Vestibular da Unesp elaborada pelo Professor Fernando Dagnoni Prado em colaboração com a Pró-reitoria de Graduação da Unesp segundo ofício nº 28/2009 – Vunesp. A proposta contempla alteração na estrutura do vestibular (duas fases), na estrutura das provas (conteúdo programático, forma de abordagem, número de questões), além de eliminar a separação antecipada dos candidatos e áreas do conhecimento, com aplicação da mesma prova para todos os candidatos.

A proposta está assim estruturada: *Introdução e Justificativas, Princípios e Fundamentação, Estrutura do Modelo de Avaliação, Prazos*, além de anexos.

No item que trata dos princípios e fundamentação destacamos partes os segundos e terceiro parágrafos (fls. 358), a saber:

"...o modelo de vestibular e seus programas – não só os da Unesp – tomaram-se anacrônicos e passaram a preocupar a universidade exigindo revisão e atualização, conforme apontam especialistas que acompanham o ensino médio, consultados pela Prograd."

"... nos últimos três anos as provas da Unesp vêm incorporando, no limite do possível, partes das novas tendências, ampliando-se a multidisciplinaridade e a contextualização. Não obstante tópicos específicos houvessem permanecido como conteúdos programáticos formais das disciplinas a construção das provas passou a absorver o espírito das Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais ..., compreendendo multidisciplinaridade, contextualização e se redirecionando gradualmente para abordagens temáticas..."

Segundo a proposta, para atender o exposto anteriormente, a avaliação deve ser organizada a partir de núcleos que permitem melhorar a articulação do vestibular com o ensino médio em geral e, em especial, com o público, e abandonar a imagem tradicional de separação prévia dos candidatos em áreas do conhecimento. Neste aspecto, deverão ser consideradas as áreas especificadas nos PCN's: **Linguagens, códigos e suas tecnologias** (elementos de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte), **Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias** (elementos de biologia, física, química e matemática) e **Ciências Humanas e suas tecnologias** (elementos de história, geografia e filosofia).

Quanto à estrutura do modelo de avaliação, a proposta contempla a **realização de um vestibular em duas fases, composto por três provas principais:**

1ª fase - prova de conhecimentos gerais - organizada em 90 questões subjetivas, com cinco alternativas cada. De forma geral serão 30 questões de cada área especificada nos PCN's: "*Linguagens, códigos e suas tecnologias*", "*Ciências da*

Natureza, Matemática e suas tecnologias” e *“Ciências Humanas e suas tecnologias”*. No interior de cada uma dessas partes não haverá necessariamente blocos separados de questões, agrupadas e rotuladas por disciplina, nem identificação da origem disciplinar de cada questão. A duração proposta para esta prova é de quatro horas e 30 minutos.

2ª fase - composta por duas provas, sem separação de área ou curso:

Prova de conhecimentos específicos: composta por 18 questões discursivas, sendo seis versando sobre *“Linguagens, códigos e suas tecnologias”* (elementos de língua portuguesa e literatura, língua inglesa, educação física e arte), seis questões versando sobre *“Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias”* (elementos de biologia, física, química e matemática) e seis questões abordando *“Ciências Humanas e suas tecnologias”* (elementos de história, geografia e filosofia). Novamente, no interior de cada uma dessas partes não haverá, necessariamente, blocos específicos de questões, rotuladas e agrupadas por disciplinas, nem identificação da origem disciplinar de cada questão.

Prova de redação - uma redação em língua portuguesa, de gênero dissertativo. A duração total das duas provas de 2ª fase é de 4 horas e 30 minutos.

Quanto à pontuação da prova, todos os acertos da Prova de Conhecimentos Gerais terão o mesmo valor, o mesmo ocorrendo com todas as questões da Prova de Conhecimentos Específicos da segunda fase. A nota da primeira fase será atribuída na escala de 0 a 100. A prova de conhecimentos específicos somará 72 pontos (escala 0-72) e a prova de redação 28 pontos (escala 0-28). A nota da segunda fase será a soma das pontuações obtidas nas duas provas (escala 0-100). A nota final do vestibular será obtida pela média aritmética simples das notas de 1ª e de 2ª fases. Ainda, os critérios de utilização da nota do Enem, empate nas notas e realização de provas de habilidades são contemplados na proposta.

Além do exposto anteriormente, há uma proposta de calendário e uma comparação com o modelo vigente. No anexo 3 apresenta, ainda, sob o título *“Algumas prováveis dificuldades para a implantação do modelo”*, alguns questionamentos que a proposta pode suscitar e possíveis soluções. Por exemplo, propõe-se que, para a elaboração das provas, não seja efetuada uma partilha prévia por disciplina, mas que, a cada ano os *“especialistas”* se reúnam em três grupos (*“Linguagens, códigos e suas tecnologias”*, *“Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias”* e *“Ciências Humanas e suas tecnologias”*), para planejamento e elaboração das novas provas. Também, há outros pontos que podem dificultar ou inviabilizar a implantação do modelo, como por exemplo, o risco de se produzir uma avaliação elitizada, a armadilha da introdução de pesos diferenciados para provas ou parte de provas, a resistência dos departamentos e a elucidação das disparidades de preparo dos candidatos.

Entendendo que a proposta está bem estruturada, é viável e apresenta um avanço no sentido de aproximar a universidade e o ensino médio, segundo as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, indico a aprovação do presente expediente.

São José do Rio Preto, 25 de fevereiro de 2009

Profa. Aparecida Francisco da Silva
Relatora da CCG